

REAFIRMANDO O LUGAR DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL PELO EXERCÍCIO EMANCIPATÓRIO NO SOCIAL

Rita de Cássia M. T. Stano¹

Gilcia Maria. Salomon M. Bezerra.²

1- Introdução

Este texto é resultante de um exercício reflexivo acerca de algumas diretrizes acadêmicas presentes no documento “Anteprojeto da Reforma Universitária”, proposto pelo Ministério de Educação e Cultura³. A reflexão compreende a responsabilidade social como um conceito que fortalece o papel emancipatório das Instituições de Ensino Superior na sociedade brasileira, pondo a educação superior atrelada ao projeto de nação.

Cabe destacar que entendemos que a efetividade desta responsabilidade social está diretamente relacionada à autonomia necessária que deve ser garantida às universidades, tanto financeira como administrativamente. Pois, tal autonomia subentende o dever das instituições sociais de educação de “responder” à sociedade brasileira acerca de seu trabalho, seja as instituições mantidas pelo poder público ou privado. Ou seja, quanto mais autonomia de trabalho, maior a obrigação de tornar transparente e competente o seu papel junto ao entorno social. O sentido público da atividade educacional supõe a correspondente necessidade de acompanhamento avaliativo de todo processo administrativo e acadêmico das Instituições de Ensino Superior, já posto no documento do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior).

Ao analisar o documento da Reforma Universitária, optamos por discorrer acerca do sentido público e da responsabilidade social, considerando a

¹ Profa. Adjunta da Universidade Federal de Itajubá e Pró-reitora Adjunta de Graduação. Doutora em Educação-Currículo pela PUC-SP. ritastano@gmail.com; trindade@unifei.edu.br

² Coordenadora do Curso Magistério Superior da Unipac e doutoranda em Educação-Currículo da PUC-SP. gilmsbezerra@yahoo.com.br

³ Este estudo foi gerado no grupo de pesquisa “Reforma Universitária na voz dos gestores”, coordenado pela Profa.Dra. Mere Abramovicz, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em dezembro de 2005

indissociabilidade do trinômio pesquisa-ensino-extensão e das possíveis alternativas que a educação superior têm em suas ações acadêmicas correspondentes em prol da emancipação social de seus sujeitos.

2- A formação profissional para a emancipação social

A universidade, enquanto instituição social com o objetivo de oferecer um serviço primordial ao desenvolvimento da sociedade brasileira, deve-se colocar como bem público. O processo que confere legitimidade ao caráter público da instituição de educação superior deve estar atrelado à formação de cidadãos e não meramente de profissionais qualificados ao exercício de uma profissão. Assim, há necessidade de se analisar e questionar os modelos disponíveis desta formação como ponto central da proposta de Reforma Universitária em trâmite nas instâncias federais. Este modelo de formação de cidadania passa pela necessidade de se repensar o papel e as competências exigidas aos professores/as que serão os principais agentes de provável mudança em todo esse aspecto de formação. Importante assumir a docência como prática de um diálogo conscientizador e gerador de uma reflexão crítica e libertadora (Freire, 1976)

O ponto de partida para este exercício reflexivo constitui-se, pois de delimitar o alcance da formação dada pela universidade em termos de cidadania através de seus principais agentes, no caso, os professores/as. Os aspectos internos da instituição(formação profissional) não podem ser desatrelados das relações que a instituição estabelece com o seu entorno social. A universidade, a fim de garantir o sentido público ao seu papel social, deve rever e estabelecer uma política ampla e exequível de cooperação com todo o sistema educacional da região, seja através de modalidades outras de processos seletivos seja gerindo e oferecendo capacitações em áreas diversas aos profissionais do magistério de outros níveis de ensino. Ou seja, o caráter público da universidade se fortalece e se realiza com maior propriedade a partir de ações de interinstitucionalidade da pesquisa, ensino e extensão, articulando as instituições de ensino superior, médio e fundamental que compõem o sistema educacional da região.

O sentido público da universidade se estabelece pela opção de produzir e socializar conhecimentos e ações que correspondam aos anseios, necessidades e prioridades do social, impingindo aos professores/as, o significado que fundamenta essa postura: a responsabilidade social. Para tal, torna-se necessário identificar as

contradições que subjazem às ações político-pedagógicas empreendidas pela universidade em termos de prioridades na pesquisa, no ensino e na extensão. É a possibilidade e necessidade de transformar o ambiente universitário num espaço de discussão permanente que garanta a avaliação constante dos projetos e de seus resultados parciais ou globais, num esforço comum, de acordo com Freire(1977)de conhecer a realidade que busca transformar, na ajuda e conhecimento mútuos.

A responsabilidade social gerida pelo sentido público da educação alicerça-se a uma política de avaliação. Considerando o sentido de regionalidade das instituições de ensino superior, a avaliação acopla-se à necessidade de atualização permanente da identidade dos sujeitos participantes e envolvidos no processo avaliativo, através da dimensão emancipatória. Aprofundando e transferindo para a avaliação a categoria do "conhecimento-emancipação" e seu contraponto, o denominado "conhecimento-regulação" Santos(2001) pode subsidiar essa discussão. Assim, para o referido autor, o conhecimento-regulação, caracteriza-se pela ordem e pelo não-reconhecimento do outro como sujeito, como objeto, portanto, não reconhecido em sua singularidade e por seus saberes cotidianos. Já, o conhecimento-emancipação é o próprio reconhecimento do outro como sujeito e sua melhor definição está na atitude de solidariedade, num processo social contextualizado. Pois, neste processo emancipatório, o outro só pode ser reconhecido como produtor de conhecimento. Nesta perspectiva epistemológica, pode-se perscrutar a importância de se instituir uma avaliação que apresente uma vocação de dialogicidade (categoria freireana) que garanta o reconhecimento dos saberes e dos modos de ser e de fazer de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

A avaliação, pois é maneira de garantir o caráter de responsabilidade social das instituições de ensino superior sendo um meio de se trabalhar a construção de um sujeito autônomo e crítico, através de uma metodologia avaliativa que permita a reflexão individual, a experiência coletiva e a intervenção responsável. Acreditando, pois na importância da avaliação como processo que, para além de julgamento, insere-se no âmbito da ação, da mudança (Estrela e Nóvoa, 1993, p.11), torna-se conseqüente seu papel no chamado processo de tomada de decisão e construção coletiva. Avaliar não é apenas julgar segundo critérios preestabelecidos, é um processo de conhecimento da realidade que provoca, pela própria construção, a reelaboração (mudança) desta realidade.

Enfim, o sentido público da universidade refere-se e deve estar articulado ao projeto de nação. Indagações que devem subsidiar a reconstrução desta responsabilidade

social devem ser: O que somos? O que queremos ser? Como podemos ser? Questões estas que, uma vez devidamente trabalhadas, podem fundamentar a redefinição identitária das instituições de educação superior como espaço público privilegiado de formação pela emancipação social.

3- Extensão como responsabilidade social

Empreender um trabalho que favoreça o estreitamento das relações entre as Instituições de Ensino Superior e comunidade local é uma possibilidade de consolidar em termos de responsabilidade social o trinômio ensino-pesquisa-extensão. A sociedade é um espaço privilegiado de produção de conhecimento significativo que deve ser apreendido na articulação ensino-pesquisa.

Ao se considerar que a comunidade universitária tem qualificação suficiente para atender muitos das questões estruturais das cidades, através de desenvolvimento de projetos, consolidando ações simples, porém efetivas de participação social, a inserção da educação superior nas questões concernentes às cidades e, segundo Giroux (1997) a possibilidade de “ desenvolverem-se estratégias políticas” ligadas a outros movimentos sociais e esferas públicas. Importante gerar um novo olhar ao conhecimento que vem sendo gerado nas comunidades acadêmicas. Um olhar que, como Giroux enfatiza, seja engajado e que fortaleça o exercício democrático. Responsabilidade social que, de acordo com o autor supracitado realiza-se pela coragem cívica e cidadania ativa, impingindo, nas diversas formas de práxis, alianças e estratégias cooperativas no interior e além dos muros da academia. É, pois o resgate da função política da educação e, especialmente da formação realizada pelas instituições de ensino superior.

O envolvimento de alunos/as em projetos articulados de ensino-pesquisa-extensão é um meio de trabalhar a sua formação enquanto profissionais e, principalmente como cidadãos que devem ser, participantes e integrantes de um mundo social em permanente transformação e emancipação. Um mundo onde somar, agregar conhecimentos com aplicações e resultados imediatos podem se converter em estímulos para nossos futuros profissionais. Para que estes façam de sua profissão um caminho de atuação para o bem-comum.

Por outro lado, um trabalho vinculado ao social e às comunidades próximas da academia propicia ao professor, confrontar, experimentar, desafiar os conhecimentos dos próprios professores-pesquisadores da universidade. É a oportunidade de vincular

estritamente o binômio pesquisa-ensino-extensão numa visão de cidadania e participações efetivas nas questões da cidade. Por isso, projetos de extensão podem congregam esforços no sentido de atualizar e incrementar o próprio trabalho de pesquisa e ensino, oportunizando a alunos e professores um conhecimento que não se encontra em compêndios, mas que se produz no cotidiano das ações humanas, na forma de ocupação e preenchimento dos espaços que se fazem sociais e históricos e, por isso, específicos para a pesquisa e a construção do novo emancipado.

Esta característica de responsabilidade social, pois, reflete a necessidade de inserir os alunos universitários numa prática social de cidadania corporativa em que esta prática possa ser iluminada e reorientada pela reflexão, pela teorização do que será desenvolvido nas comunidades carentes. Esta teorização estará permeando a prática e, ao mesmo tempo, sendo apurada e refinada pelos dados resultantes do desenvolvimento dos projetos em questão. É uma oportunidade que alunos e professores têm de confrontar algumas certezas pré-determinadas pelo senso-comum com o que pode ser redimensionado através de uma análise crítica e embasada em práticas.

Por isso, a proposta de extensão é de uma intervenção crítica que possa refletir num conjunto de dados objetivos e organizados em forma de relatórios e estudos referentes às diversas atividades que estarão sendo desenvolvidas nos bairros da cidade como na área de esportes, educação, cultura, meio ambiente, nutrição. Este exercício crítico e reflexivo torna-se importante para futuros profissionais que deverão aprender a refletir sobre o vivido para melhor intervir e aprimorar sua própria ação. Será um meio, pois de alunos e professores exercitarem ainda mais a prática da reflexão e da crítica, a partir do vivido e do experienciado. Além disso, terão a oportunidade de desenvolver uma prática sustentada pela noção de responsabilidade social, em que ao profissional, independente da área de atuação estiver, cabe uma postura de cidadania e de participação que ultrapassa o técnico e o específico da profissão.

Neste exercício de cidadania, o aluno tem a oportunidade de desenvolver outras habilidades e capacidades que não apenas as específicas de sua formação, mas que somadas a estas, podem diferenciar e permitir maior competência no exercício de sua profissão. Este exercício público da atuação profissional estará vinculado a uma percepção da práxis necessária ao processo emancipatório de si(como cidadão) no social, e inserindo-se nele através da efetiva participação(supondo atitude crítica e de constante reflexão).

Desta forma, importante destacar que entende-se por extensão não apenas o atendimento às necessidades prementes da comunidade através de um trabalho sistemático e devidamente planejado pelos sujeitos da academia, mas, principalmente uma extensão que possa se reverter em pesquisa e que contribua efetivamente para uma continuidade (e não ruptura ou hiato) entre o curso de formação e a atividade na comunidade, uma relação dialógica entre pesquisa-ensino-extensão.

4- A pesquisa como e com responsabilidade social

Segundo Demo (1997), a capacidade de questionar é a prova mais contundente do sujeito, ou seja, de um ser que não admite ser ou tornar-se objeto. É a consciência crítica como a marca mais representativa de competência histórica do homem, que faz história própria. Assim, à Universidade não cabe apenas competência formal (técnica), no sentido de guardião do conhecimento acumulado ao longo da história humana, mas, principalmente, frente às determinações de um mercado cada vez mais competitivo, investir-se de qualidade política. Tal proposta supõe a qualidade formal como instrumento da qualidade política, pois às instituições de ensino superior cabe o papel de não apenas conservar o conhecimento já produzido, mas, a partir dele, buscar formas inovadoras de recriação cultural. Universidade como reprodutora de um saber instituído e produtora de espaços possíveis de inovação é uma marca da educação superior que não poderia estar ausente do próprio texto da Reforma Universitária.

A necessidade de formar o homem para a cidadania tem como valor histórico concebê-lo capaz de intervenção na realidade, a fim de reconstruir cotidianamente o seu espaço de vida. Para tal, não basta o conjunto de conhecimento acumulado pelas gerações ao longo da história, mas o conhecimento possível para o enfrentamento de uma realidade que se renova a cada dia. Significa, pois, oferecer uma formação que concilie o domínio técnico (formal) com a competência política do questionamento permanente para lidar com a provisoriabilidade da própria técnica. Inserir este objetivo para a educação superior ultrapassa o sentido da pesquisa como comumente têm se referido cientistas e profissionais do magistério. É a pesquisa como postura de um aprendiz que se pretende inserido e fazedor da história de seu tempo. *"É neste sentido que o conhecimento não pode mais ser separado, nem para fins de método, da intervenção da realidade, simplesmente porque é o método mais decisivo de intervenção"*. (Demo, 1997, p.66). É a pesquisa como forma de estar no mundo e de se fazer história pelo

conhecimento reconstruído e recriado. Demo vê a pesquisa, em sua qualidade política no sentido de, através dela, empreender-se um percurso de humanização da técnica, pela via da crítica permanente diante da provisoriedade do real.

Se à universidade cabe a produção do saber científico, faz-se mister entender que a ciência é um saber possível entre outros também possíveis (arte, política, sabedoria). O que diferencia o conhecimento científico de outros é que este é um conhecimento que se baliza mais pela capacidade de questionamento e de indeterminações do que certezas, dogmatismos, intransponibilidades teóricas. Garantir a crítica e a desconstrução lógica de "verdades" é uma função da qual a educação superior, via ciência, não pode se furtar. É a função emancipatória da universidade. Atitude científica assumindo, segundo Freire(1988), uma postura de conhecimento da realidade, e o reaproveitamento da tecnologia, principalmente da comunicação a favor do homem.

Nesta abordagem, não cabe o que ainda está posto legalmente à educação superior: a trilogia: ensino-pesquisa-extensão. Se a universidade trabalha o ensino pela via da pesquisa ou tendo-a como postura intrínseca do processo de aprendizagem, a extensão está inserida nas atividades acadêmicas como um desdobramento inerente à ação do aluno-professor pesquisadores, como prática elaborada.

5- Responsabilidade social no sentido público de emancipação

O ministro Tarso Genro⁴ reafirma em conferência proferida que “a função da Universidade é a produção dos saberes através da” pesquisa “, é a socialização da cultura e do conhecimento através do” ensino “, é a capilarização do conhecimento e das tecnologias sociais através da” extensão “, que irradia a Universidade para a totalidade do organismo social. Neste movimento é que ela cria quadros de qualidade para serem aproveitados na esfera privada e na esfera pública, segundo a formação técnico-científica e humanística de cada um”. Tal declaração resume a importância da universidade se apropriar de sua característica pública e, portanto, com responsabilidade social.

⁴ Então Ministro da Educação em fevereiro de 2005, em conferência sobre Reforma Universitária realizada na cidade de São Paulo.

O século XXI está sendo aberto e iniciado com inúmeras questões e alguns vislumbres de mudanças. O processo de globalização, há muito iniciado, radicalizou seu modelo neoliberal e instiga povos e nações, organizações não-governamentais, partidos políticos e instituições de todo o mundo a um repensar crítico sobre os rumos da humanidade. E, ao se colocar em questão a própria globalização, seres humanos, homens e mulheres de todas as raças, credos, faixa etária, profissões e classes sociais voltam a sonhar mundos possíveis e desejáveis⁵. É a utopia que mostra sua energia, sua permanência no existir humano.

Conforme nos ilumina Murilo Mendes, “*Só não existe o que não pode ser imaginado*”, torna-se cada vez mais importante aguçar a capacidade de grupos sociais, institucionais e políticos de pensarem outras alternativas, para sempre se manter o exercício da mudança, da busca do melhor que podemos fazer por um outro mundo.

Tendo como referência as conseqüências advindas deste processo de globalização neoliberal, que vem acirrando as desigualdades sociais e aumentando o número de contingentes excluídos dos arranjos sociais, cabe à Universidade brasileira repensar sua atuação junto à sociedade brasileira.

Este texto propôs-se a uma reflexão acerca do alcance e papéis que devem ser assumidos pela universidade brasileira, não considerando um modelo nacional possível, mas esgueirando por outras vias de desmodelização. Ou seja, pensar as instituições de ensino superior no Brasil, em especial, as públicas, supõe buscar alternativas emancipatórias que sejam viáveis e necessárias para o Brasil que queremos ter e no qual vamos viver.

No momento histórico em que povos do mundo todo clamam por uma solidariedade planetária e se articulam para apresentar caminhos concretos de ação, a universidade brasileira pública também inicia um processo de revitalização de seu tripé ensino-pesquisa-extensão.

Projetar a educação superior, estabelecer diretrizes, inovar em pesquisa-ensino-extensão supõem ações que devem estar consubstanciadas num projeto de nação, de produção de saberes que deverão contribuir para a melhoria das condições sociais, econômicas e culturais do país. Por isso, a reafirmação do sentido público da educação superior e de sua conseqüente responsabilidade frente às necessidades prementes emancipação da sociedade em que está inserida.

⁵ Tendo sua maior concentração no Fórum Social Mundial em 2001 e 2002 em Porto Alegre-Rio Grande do Sul

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo e GUIMARÃES, Sérgio. Dobre educação.V. 2. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____. Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

_____. Cartas a Guiné-Bissau. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

DEMO, Pedro. Conhecimento moderno. Petrópolis, Vozes, 1997.

ESTRELA, Albano e NÓVOA, Antonio. (1993) Avaliações em educação: novas perspectivas. Porto Editora, Porto.

GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Artes Médicas, Porto Alegre, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2001) A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez.